

OBSERVATÓRIO GRUPO FARMABRASIL: INOVAÇÃO E ACESSO EM SAÚDE

 1º WORKSHOP

No dia 3 de agosto de 2023, o Grupo FarmaBrasil realizou o primeiro evento que marcou o lançamento do Observatório Grupo FarmaBrasil: Inovação e Acesso em Saúde. O workshop reuniu autoridades governamentais, lideranças do parlamento, membros da academia, integrantes do Poder Judiciário, especialistas e representantes do setor privado para discutir a necessidade de uma nova política industrial voltada para o desenvolvimento produtivo e tecnológico do setor farmacêutico nacional.

O encontro teve como inspiração o atual contexto de políticas orientadas à missão, em discussão tanto no governo como no setor privado.

Entendendo a Missão Saúde como a construção de um “Complexo Econômico e Industrial da Saúde resiliente

para a prevenção e o tratamento de doenças”, o Grupo FarmaBrasil acredita que o momento para promover esse debate é oportuno em função da reinstalação do CNDI e do Grupo Executivo do Complexo Econômico e Industrial da Saúde (GECEIS), os dois principais fóruns de governança criados com o objetivo de planejar e operacionalizar a política industrial do Complexo. Ambos são espaços relevantes de construção da política industrial ao reunir instituições públicas e privadas com papel determinante para a execução de projetos e para a aproximação entre empresas e governo.

Abaixo, apresentamos alguns tópicos discutidos durante o workshop, que podem direcionar e contribuir com o fortalecimento da indústria farmacêutica nacional e com a ampliação do acesso à saúde dos brasileiros.

A INOVAÇÃO NO CENTRO DAS ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS

O Grupo FarmaBrasil representa empresas caracterizadas pelo foco na inovação, responsáveis por parte relevante do mercado farmacêutico brasileiro. Juntas, respondem por 38% de todo o volume de medicamentos ofertados no mercado de varejo no Brasil, empregam mais de 40 mil trabalhadores e investem, em média, 6,1% do seu faturamento anual em pesquisa e desenvolvimento (P&D), superando por larga margem a média da indústria farmacêutica brasileira, situada na faixa dos 2,6%.

São empresas que aceitaram o desafio de inovar no país e se lançar em um esforço de internacionalização. Essas duas dimensões do desenvolvimento industrial estão diretamente ligadas, porque para atingir o mercado internacional é preciso investimento em inovação.

Pesquisa recente do grupo demonstra que os investimentos em P&D na indústria farmacêutica vêm experimentando forte aceleração. Entre 2008 e 2017, último ano com dados disponíveis, a taxa de crescimento real dos investimentos em P&D do setor foi de 4,9% ao ano, 2,5 vezes maior do que a média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Ainda de acordo com o estudo, considerando apenas o grupo representado pelas empresas farmacêuticas de capital nacional e de grande porte, com mais de 500 funcionários, o crescimento médio dos investimentos em P&D entre 2008 e 2017 alcançou a marca de 10,6% ao ano. No mesmo período, o investimento em P&D das

farmacêuticas de capital estrangeiro encolheu 3,2% ao ano e a média da indústria de transformação brasileira caiu 0,2% ao ano.

Nessa esteira de valorização da indústria nacional, questões fundamentais se apresentam, como a necessidade de uma política que priorize as empresas que promo-

vem o desenvolvimento, investimento e a produção de medicamentos no Brasil, pois são estas que oferecem maior retorno para a sociedade. Para isso, o Estado deve criar mecanismos que reconheçam a indústria farmacêutica com produção nacional como estratégica para o país.

PRIORIDADES PARA A NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL

Há uma forte conexão entre o desenvolvimento industrial e a ampliação do acesso à saúde. A partir desse entendimento, o desenvolvimento produtivo e tecnológico deve ser orientado para permitir e sustentar o acesso universal à saúde, e contribuir com a geração de emprego e renda, a exemplo do que ocorre na Coreia do Sul e Índia. Nesse sentido, é preciso fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) para que ele continue sendo a porta de entrada para os 200 milhões de brasileiros, com qualidade e eficiência.

Priorizar o SUS é pré-requisito para uma política industrial exitosa, com critérios, regras e metas transparentes. Esse esforço deve caminhar junto com os desafios técnicos e políticos. Outro pressuposto para políticas industriais bem sucedidas é a priorização de objetivos e iniciativas estratégicas, sem o que não há como se ter eficiência. É preciso, portanto, evitar a pulverização de recursos, que reduz a potência da política industrial como mecanismo de estímulo à inovação.

No caso da "missão saúde", seu sucesso dependerá de uma definição clara em relação às entregas e pautas prioritárias para o País. O ponto de partida pode ser o conjunto de de-

mandas prioritárias do Ministério da Saúde, o que possibilitaria uma melhor análise das políticas necessárias para o enfrentamento do desafio de promoção do desenvolvimento produtivo e tecnológico orientado para a ampliação do acesso.

Como exemplos, podemos mencionar áreas que abrangem câncer, obesidade, diabetes, doenças negligenciadas, como a tuberculose, processo de envelhecimento populacional, autocuidado e vacinas. Considerando o desenvolvimento da cadeia produtiva da indústria farmacêutica, é importante que a política pública tenha uma estratégia de desenvolvimento que considere também a produção de insumos farmacêuticos (IFAs) críticos para o atendimento às demandas do SUS.

Não há como avançar na discussão sobre a importância da pesquisa e inovação para o desenvolvimento econômico e social do País sem o envolvimento de vários atores da sociedade. Nesse sentido, é fundamental a participação do Legislativo.

Um ponto essencial é a construção de um arcabouço legal mais forte do ponto de vista da priorização da indústria nacional.

ANVISA E INPI

A consolidação da regulação sanitária no Brasil, desde a criação da Anvisa, fez com que, hoje, as empresas nacionais tenham padrão de primeiro mundo. Satisfeito o atributo da qualidade, é necessário pensar em estratégias para que a Anvisa acompanhe a evolução da indústria a partir da visão de que o fortalecimento das empresas é fundamental para a segurança sanitária e para a inovação.

Sobre a agenda da propriedade intelectual, há consenso de que as empre-

sas nacionais buscam cada vez mais a inovação, o que confere importância crescente à atuação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Uma preocupação que envolve a autarquia diz respeito aos litígios ligados à extensão de prazo de patentes. Empresas estrangeiras acionam recorrentemente o judiciário na tentativa de prolongar o tempo de exclusividade de medicamentos, para além dos 20 anos previsto na Lei de Propriedade Industrial brasileira, contrariando decisão do Supremo Tribunal Federal.

BIODIVERSIDADE

A biodiversidade brasileira como fonte de insumos farmacêuticos é um diferencial para o desenvolvimento das indústrias que buscam competitividade e inovação. Pensando nisso, a indústria brasileira deve acompanhar mais de perto as discussões nacionais, no âmbito do CGEN, e internacionais que envol-

vem a temática e o estabelecimento de regras globais em áreas com alto potencial para o Brasil. É preciso evitar o risco de que as regras internacionais sejam definidas à revelia do interesse nacional, privando as empresas brasileiras de importantes vantagens competitivas associadas ao acesso à biodiversidade.

PODER DE COMPRA DO ESTADO

O poder de compra do Estado tem se consolidado, em todo o mundo, como uma ferramenta fundamental para estimular a inovação.

A legislação brasileira relativa ao uso das compras públicas para a inovação avançou muito nos últimos anos e, hoje, há diversos instrumentos disponíveis. Apesar disso, sua aplicação ainda enfrenta resistências culturais e de capacidade operacional por parte do Estado. Mas a ampliação do uso dos mecanismos de compras públicas para a inovação

não depende apenas do setor público, pois as empresas também precisam ser capacitadas para utilizá-los de forma mais eficiente.

Entre as experiências recentes de uso das compras públicas no Brasil, destacam-se as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs), nas quais privilegiavam-se soluções tripartites, em arranjos que incluíam Estado, empresas privadas e laboratórios públicos. No contexto atual, considerando, também, as evidentes limitações da

maioria dos laboratórios públicos para participar de forma efetiva das PDPs, é importante rever o modelo anterior para considerar soluções bipartites, com foco nas empresas privadas nacionais.

Em paralelo aos necessários avanços internos para tirar maior proveito das novas possibilidades legais, é importante atuar em fóruns internacionais para preservar a ca-

pacidade de utilizar plenamente os instrumentos de compras públicas para a inovação. Aqui, faz-se necessário acompanhar de perto as negociações internacionais envolvendo o tema, com destaque para o acordo entre Mercosul e União Europeia, pois suas cláusulas não seriam adequadas quando se pensa na necessidade de fomentar a inovação no Brasil com instrumentos ligados à demanda pública.

SOBRE O OBSERVATÓRIO GRUPO FARMABRASIL: INOVAÇÃO E ACESSO EM SAÚDE

O Observatório Grupo FarmaBrasil: Inovação e Acesso em Saúde foi criado para pensar a ideia de saúde de maneira coordenada com os *stakeholders* que atuam na área, para que efetivamente haja a implementação de ações.

Apesar da abundância de dados que demonstram a importância do desenvolvimento do setor farmacêutico nacional e o papel central das grandes empresas brasileiras de capital nacional nesse processo, faltava um esforço estruturado para colocar este tipo de informação e o debate daí decorrente ao alcance da sociedade, e até mesmo dos formadores de opinião e *policymakers*.

O Observatório vem para preencher essa lacuna. Seu objetivo é funcionar como um *Think Tank* do segmento, com a missão de, por meio da produção e difusão de conhecimento, sensibilizar a sociedade para as enormes oportunidades que a manutenção e aceleração da rota de desenvolvimento da indústria far-

macêutica brasileira oferecem para o Brasil.

Pretende-se promover uma sequência de eventos para discussão dos aspectos de acesso à saúde e inovação para a população brasileira, para que o Observatório possa contribuir de forma efetiva como facilitador da articulação entre o setor público e o privado.